

3.4.11 Descumprimento do ANPP e seus efeitos.....	264
3.4.12 Cumprimento do ANPP e seus efeitos	266
3.4.13 Recusa ministerial em propor ANPP	266
Capítulo 4 – Ação Penal.....	269
4.1 Teorias sobre direito de ação na Teoria Geral do Processo.....	269
4.1.1 Teorias primitivas do direito de ação: a teoria contratualista ...	269
4.1.1.1 O processo como relação contratual.....	270
4.1.1.2 A teoria do processo como situação jurídica.....	270
4.1.2 Teorias modernas do direito de ação: a teoria civilista: a ação como direito autônomo (Windscheid e Muther)	271
4.1.2.1 Autonomia do direito de ação	271
4.1.2.2 Direito de ação e bem jurídico	272
4.1.2.3 Separação entre direito de ação do direito material.....	273
4.1.3 A teoria concretista ou do direito concreto	273
4.1.3.1 Autonomia do direito de ação	273
4.1.3.2 Distinção entre direito subjetivo material e direito de ação.....	274
4.1.4 A teoria da ação como direito potestativo.....	275
4.2 Conceito de ação penal: natureza jurídica e fundamento constitucional.....	276
4.2.1 Conceito de ação penal	277
4.2.2 Natureza jurídica do direito de ação	277
4.2.3 Constitucionalidade do direito de ação	277
4.2.4 Ação penal privada e inércia do Estado	278
4.3 Condições genéricas e especiais da ação penal.....	279
4.3.1 Condições genéricas.....	280
4.3.1.1 Possibilidade jurídica do pedido	280
4.3.1.1.1 Conceito e delimitação.....	281

4.3.1.1.2	Possibilidade jurídica e pena proibida pela Constituição ...	282
4.3.1.2	Legitimação para a causa ou <i>legitimatío ad causam</i>	282
4.3.1.2.1	Conceito e delimitação.....	283
4.3.1.2.2	Legitimidade <i>ad causam</i> ativa	283
4.3.1.2.3	<i>Legitimatío ad causam</i> passiva	283
4.3.1.3	<i>Legitimatío ad causam</i> e a pessoa jurídica.....	284
4.3.1.4	Interesse de agir	285
4.3.1.4.1	O interesse de agir no processo penal.....	286
4.3.1.4.2	Interesse-necessidade de agir.....	286
4.3.1.4.3	Interesse-adequação de agir	286
4.3.1.4.4	Interesse-utilidade de agir	286
4.3.2	Condições especiais da ação ou condições de procedibilidade....	287
4.3.2.1	Pressupostos processuais e de validade	287
4.3.2.2	Condições especiais	288
4.4	Características do direito de ação.....	289
4.5	Outras características do direito de ação	290
4.6	Classificação da ação penal: objetiva e subjetiva	290
4.6.1	Classificação objetiva	290
4.6.2	Classificação subjetiva	291
4.7	A ação penal pública incondicionada	292
4.7.1	Conceito e delimitação	292
4.7.2	Diversas funções do Ministério Público.....	292
4.7.3	Atuação do Ministério Público como <i>custos legis</i>	293
4.7.4	Ministério Público como dono (<i>dominus litis</i>) da ação penal ...	294
4.7.5	Arquivamento <i>ex officio</i> por iniciativa do Poder Judiciário	295
4.7.6	Obrigaçáo da comunicação de crimes ao Ministério Público...	295
4.7.7	Princípios referentes à ação penal pública.....	296
4.7.7.1	Princípio da oficialidade ou estatalidade.....	296

4.7.7.2	Princípio da obrigatoriedade.....	297
4.7.7.2.1	Conceito e delimitação do princípio	297
4.7.7.2.2	Princípio da obrigatoriedade e matéria recursal	298
4.7.7.2.3	Mitigação do princípio da obrigatoriedade.....	299
4.7.7.2.4	Fiscalização do princípio da obrigatoriedade	301
4.7.7.3	Princípio da indisponibilidade	301
4.7.7.3.1	Conceito e delimitação do princípio.....	302
4.7.7.3.2	Mitigação do princípio	302
4.7.7.4	Princípio da indivisibilidade e sua eventual exceção.....	302
4.7.7.4.1	Conceito e delimitação do princípio.....	303
4.7.7.4.2	Controvérsia doutrinária e jurisprudencial acerca do princípio aplicável na ação penal pública incondicionada...	304
4.7.7.4.3	Entendimento do STF e do STJ	304
4.7.7.5	Princípio da intranscendência ou da personalidade.....	305
4.7.7.5.1	Conceito e delimitação do princípio.....	305
4.7.7.5.2	Intranscendência e pessoalidade da pena.....	305
4.7.7.5.3	Busca e apreensão genérica.....	306
4.7.7.5.4	Intranscendência e execução penal	307
4.8	Ação penal pública condicionada: conceito, legitimidade, natureza jurídica e espécies	308
4.8.1	Conceito de representação.....	308
4.8.2	Espécies e natureza jurídica da ação pública condicionada	308
4.8.2.1	Críticas ao instituto da representação	309
4.8.2.2	Crimes dependentes de representação	309
4.8.3	Legitimidade para o oferecimento da representação	310
4.8.3.1	Legitimados para oferecer a representação	310
4.8.3.2	Término da atividade do curador.....	311
4.8.3.3	Representante legal e permissão	311
4.8.3.4	Representação e procurador com poderes especiais.....	312

4.8.3.5 Eficácia objetiva da ação penal.....	312
4.8.3.6 Representação e ausência de inquérito policial	313
4.8.3.7 Direito de representação das pessoas jurídicas.....	313
4.8.4 O prazo decadencial para o oferecimento da representação	314
4.8.4.1 Prazo da representação e sua contagem.....	314
4.8.4.2 Revogação do prazo do representante legal	315
4.8.4.3 Prazo no caso de morte ou ausência do ofendido	315
4.8.4.4 Prova do prazo	315
4.8.4.5 Formalidades da representação	316
4.8.5 Destinatários da representação	316
4.8.5.1 Formas do exercício da representação	317
4.8.5.2 Destinatários da representação.....	317
4.8.5.3 Redução a termo da representação oral.....	317
4.8.5.4 Representação destinada ao MP	317
4.8.5.5 Representação destinada ao magistrado	318
4.8.6 Conteúdo da representação.....	318
4.8.6.1 Requisitos da representação.....	318
4.8.6.2 Eficácia objetiva da representação em relação aos delitos cometidos.....	318
4.8.6.3 Crimes contra a honra dos funcionários públicos	319
4.8.7 Retratação da representação	319
4.8.7.1 Prazo final da retratação.....	319
4.8.7.2 Retratação da representação e retratação nos crimes contra a honra.....	320
4.8.7.3 Retratação nos crimes de violência doméstica.....	320
4.8.7.4 Retratação tácita	321
4.8.8 A requisição do Ministro da Justiça	322
4.8.8.1 Conceito e características	322
4.8.8.2 Natureza jurídica	322

4.8.8.3 Crimes condicionados à requisição do Ministro da Justiça	322
4.8.8.4 Conteúdo da requisição do Ministro da Justiça	323
4.8.8.5 Prazo e destinatário da requisição	323
4.8.8.6 Vinculação do MP	323
4.8.8.7 Retratabilidade da requisição.....	324
4.8.9 A ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	324
4.8.9.1 Os crimes sexuais e a dignidade da pessoa humana	324
4.8.9.2 Condição de procedibilidade.....	325
4.8.9.3 Legitimidade do Ministério Público nos crimes sexuais	325
4.8.9.4 Retroatividade da Lei nº 12.015/2009.....	326
4.8.9.5 Ação penal nos casos de lesão corporal grave ou morte	326
4.8.9.6 Crimes contra a ordem tributária.....	326
4.9 A denúncia e suas formalidades: aspectos formais e materiais.....	327
4.9.1 Denúncia e ampla defesa.....	328
4.9.2 Elementos da denúncia	328
4.9.3 Exposição do fato criminoso.....	328
4.9.4 Exposição do fato criminoso e concurso de pessoas	328
4.9.5 Denúncia nos casos de fraude.....	329
4.9.6 Denúncia no caso de prevaricação	330
4.9.7 Denúncia e crimes contra a honra	330
4.9.8 Denúncia e crimes culposos.....	331
4.9.9 Denúncia e crime de desobediência.....	332
4.9.10 Denúncia e falsidade ideológica.....	332
4.9.11 Responsabilização da pessoa jurídica	332
4.9.12 Denúncia alternativa e ampla defesa.....	333
4.9.13 Denúncia e hipóteses de coautoria	333
4.9.14 Denúncia e tráfico de drogas.....	334
4.9.15 Denúncia e crime de abuso de autoridade	335

4.9.16 Denúncia e crime de responsabilidade dos funcionários públicos	335
4.9.17 Qualificação do acusado	336
4.9.18 Classificação jurídica do fato.....	336
4.9.19 Rol de testemunhas da denúncia	337
4.9.20 Requisitos indispensáveis da denúncia.....	338
4.9.21 Poder de requisição do Ministério Público.....	338
4.10 Ação penal privada: conceito e justificativa legal	339
4.10.1 Divisão da ação privada	339
4.10.1.1 Espécies de ação privada.....	339
4.10.1.2 Crimes de ação privada no Código Penal.....	340
4.10.2 A ação privada exclusiva ou propriamente dita	340
4.10.2.1 Conceito e legitimidade para agir.....	340
4.10.2.2 Necessidade de curador.....	341
4.10.2.3 Legitimidade em caso de morte ou ausência da vítima.....	341
4.10.2.4 Ação privada e vítima pobre.....	342
4.10.2.5 Representação das pessoas jurídicas.....	343
4.10.3 Prazo decadencial para o exercício do direito de queixa	343
4.10.3.1 Prazo decadencial na ação privada	344
4.10.3.2 Contagem do prazo.....	344
4.10.3.3 Interrupção do prazo.....	345
4.10.3.4 Prazo em crime permanente	345
4.10.3.5 Prazo em morte ou ausência do ofendido	346
4.10.4 Princípios referentes à ação privada.....	346
4.10.4.1 Princípio da oportunidade ou conveniência	347
4.10.4.1.1 Conceito de oportunidade na ação penal.....	347
4.10.4.1.2 Princípio da oportunidade <i>versus</i> princípio da obrigatoriedade.....	347
4.10.4.1.3 Discricionariedade da ação privada.....	348

4.10.4.1.4 Razões da discricionariedade da ação privada	348
4.10.4.1.5 Ação privada e <i>strepitu judici</i>	348
4.10.4.1.6 Princípio da oportunidade no Direito português	349
4.10.4.1.7 Ação privada e política criminal.....	349
4.10.4.1.8 Diferença entre o princípio da oportunidade e o princípio da disponibilidade	349
4.10.4.1.9 Extinção da punibilidade nos crimes de ação privada e juizados especiais	349
4.10.4.2 Princípio da disponibilidade	350
4.10.4.2.1 A disponibilidade na ação penal privada	350
4.10.4.2.2 Princípio da indisponibilidade <i>versus</i> princípio da disponibilidade	350
4.10.4.3 Princípio da indivisibilidade (CPP, arts. 43 e 48)	351
4.10.4.3.1 Conceito do princípio.....	351
4.10.4.3.2 Extensão da ação privada aos coautores.....	351
4.10.4.3.3 Renúncia tácita ou expressa ao direito de queixa	352
4.10.4.3.4 Exceção ao princípio da indivisibilidade.....	352
4.10.4.4 Princípio da intranscendência, pessoalidade da pena ou responsabilidade penal	353
4.10.5 A ação privada subsidiária da pública	354
4.10.5.1 Conceito e fundamento constitucional	354
4.10.5.2 Prazo do exercício da ação privada subsidiária da pública.....	355
4.10.5.3 Inércia do Ministério Público.....	355
4.10.5.4 Ação privada subsidiária na Lei de Falências.....	356
4.10.5.5 Atividade ministerial na ação privada subsidiária	356
4.10.5.6 Intimação do Ministério Público.....	357
4.10.6 A ação penal personalíssima.....	357
4.11 Os requisitos da queixa: requisitos genéricos e específicos	357
4.11.1 Significado da palavra queixa.....	358

4.11.2	Requisitos genéricos da queixa	358
4.11.3	Requisitos específicos da queixa	358
4.11.4	Procuração com poderes especiais	359
4.11.5	Capacidade postulatória	359
4.11.6	Procuração a defensor público	360
4.11.7	Defeitos da procuração	360
4.11.8	Prazo decadencial da ação privada personalíssima	361
4.11.9	Aditamento da queixa	361
4.11.9.1	Conceito e classificação do aditamento da exordial acusatória	361
4.11.9.2	Aditamento do MP na ação privada e controvérsia doutrinária	362
4.11.9.3	Intervenção do MP na ação privada	363
4.11.9.4	Desclassificação de crime de ação privada para pública	363
4.11.9.5	Aditamento em leis especiais	364
4.11.10	Recebimento e rejeição da denúncia e da queixa	364
4.11.10.1	Recebimento da peça inicial delatória	364
4.11.10.1.1	Não recebimento e rejeição da denúncia	364
4.11.10.1.2	Recebimento implícito da denúncia	365
4.11.10.1.3	Recebimento da denúncia e fundamentação	365
4.11.10.2	Rejeição da denúncia ou da queixa	366
4.11.10.2.1	Hipóteses legais de rejeição	366
4.11.10.2.2	Rejeição da denúncia ou queixa (CPP, art. 41)	366
4.11.10.2.3	Exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias	367
4.11.10.2.4	Identificação do acusado	367
4.11.10.2.5	Rejeição da denúncia ou queixa (CPP, art. 395)	368
4.11.10.2.6	Denúncia manifestamente inepta	368

4.11.10.2.7 Ausência de pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal.....	369
4.11.10.2.8 Ausência de justa causa para o exercício da ação penal.....	369
4.11.10.3 Ação penal nas infrações de menor potencial ofensivo ...	374
4.11.10.3.1 Vedação da proposta de transação penal.....	374
4.11.10.3.2 Denúncia e suspensão do processo.....	375
4.11.10.3.3 Suspensão do processo e aplicação analógica do art. 28 do CPP	375
4.12 Extinção da punibilidade no processo penal	376
4.12.1 Morte do acusado	376
4.12.2 Decadência	377
4.12.3 Renúncia	377
4.12.3.1 Espécies de renúncia	377
4.12.3.2 Momento da desistência da ação penal.....	378
4.12.3.3 Morte do ofendido e sucessão processual.....	378
4.12.4 Perdão.....	379
4.12.4.1 Conceito de perdão	379
4.12.4.2 Formas ou espécies de perdão.....	379
4.12.4.3 Concessão do perdão.....	380
4.12.4.4 Aceitação do perdão	380
4.12.4.5 Perdão processual e perdão judicial	380
4.12.4.6 Aceitação do perdão pelo curador nomeado.....	381
4.12.4.7 Extensão do perdão.....	381
4.12.5 Perempção	382
4.12.5.1 Conceito de perempção	382
4.12.5.2 Momento da perempção	382
4.12.5.3 Perempção e ação penal privada.....	383
Referências	385